



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro

Diretoria Administrativa-Financeira e de Relação com Investidores

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES – GLI

LICITAÇÃO N. 005/2026

DECISÃO – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO DE JANEIRO – CEDAE**, por meio de sua Gerência de Licitações – GLI, publicou o Edital de **Licitação NI nº 005/2026**, referente ao Processo **SEI nº 150001/004816/2023**, cujo objeto consiste na **contratação de 3 (três) escritórios de advocacia** para patrocínio, sem exclusividade, de processos judiciais de natureza cível — em acervo estimado de 15.883 processos — pelo critério de **melhor combinação de técnica e preço (70%/30%)**, preço unitário, modo de disputa fechado. A sessão de abertura está designada para **12/08/2026**, às 11h00, no Auditório da sede da **CEDAE**, Av. Presidente Vargas nº 2.655, Rio de Janeiro/RJ.

DO RELATÓRIO

1 - Em **08/06/2026**, o escritório **MARTINEZ & MARTINEZ ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrito no CNPJ sob o nº 05.751.699/0001-45, com sede na Rua Antônio Lumack do Monte, nº 128, Sala 606, Edifício Empresarial Center III, Boa Viagem, Recife/PE, representado pelo sócio **HAROLDO WILSON MARTINEZ DE SOUZA JÚNIOR**, OAB/PE nº 20.366, apresentou **Impugnação ao Edital** dirigida ao Presidente da CPL, em conformidade com o item 1.5 do Instrumento Convocatório.

2 - A impugnação articula **doze pontos de questionamento** (Tópicos III a XIV), distribuídos entre os seguintes temas: (i) ilegalidade da exigência de êxito processual como requisito de habilitação e critério de pontuação; (ii) restrição à competitividade pela valorização exclusiva da experiência perante o TJRJ; (iii) desconsideração da experiência adquirida pelos advogados em outros escritórios; (iv) desclassificação automática por zerar qualquer quesito técnico; (v) desproporcionalidade dos critérios acadêmicos; (vi) exigência de estrutura física prévia na Região Metropolitana do RJ; (vii) ausência de estudo técnico para a equipe mínima de 10 advogados e 4 auxiliares; (viii) excessividade do atestado de 50% do lote; (ix) exigência de atuação simultânea em 30 municípios do RJ; (x) subjetividade na distribuição do acervo por melhor conveniência; (xi) amplitude excessiva das vedações ao exercício profissional; e (xii) pedido de esclarecimento sobre a repartição de honorários de sucumbência com a **ADVCEDAE**.

3 - Nos termos do item 1.7 do Edital c/c o item 1.6, a CPL encaminhou a impugnação à **Área Técnica Demandante — Diretoria Jurídica (DJU)** para manifestação circunstanciada acerca dos aspectos técnicos e jurídicos suscitados. **A DJU, pelos signatários Rafael de Amorim Lima (Gerente), Davi Reis Miranda Filho (Chefe de Departamento), Nathalie Carvalho Giordano Macedo (Diretora Jurídica) e Mariana Lopes da Silva (Gerente), exarou, em 11/06/2026, o Despacho de Encaminhamento de Documento SEI nº 134016332, inserido no Processo SEI-150017/005146/2026, concluindo pelo CONHECIMENTO E NÃO ACOLHIMENTO da impugnação, com a manutenção integral do Edital.**

5. Os autos encontram-se instruídos com o Edital de Licitação NI **LI 005/2026 (SEI 132958600)**, a petição de impugnação e o Despacho de Encaminhamento da área demandante (SEI 134016332), elementos suficientes para a deliberação desta Comissão.

DA ANÁLISE

4. **Da tempestividade:** Protocolizada em 08/06/2026, dentro do quinquídio legal anterior à sessão de **12/08/2026** (item 1.5 do Edital). Impugnação **CONHECIDA**.

5. **Do mérito:** Esta Comissão examinou a manifestação técnico-jurídica da DJU e adota integralmente seus fundamentos, sintetizados a seguir.

6. **Êxito processual (pontos i, ii e iii):** O Edital não exige garantia de resultados futuros. A comprovação de êxito pretérito é critério objetivo de pontuação — não de habilitação —, que evidencia experiência qualificada da sociedade em matérias análogas ao objeto. A valorização da experiência perante o TJRJ decorre da concentração do contencioso da **CEDAE** no Judiciário fluminense. A exigência de peças timbradas do próprio escritório afere experiência institucional da pessoa jurídica, não da competência individual. Precedente: **TCE-RJ, Processo nº 116.440-0/18**.

7. **CrITÉRIOS de pontuação e desclassificação (pontos iv e v):** A desclassificação por nota zero opera sobre os sete fatores globais de avaliação (I a VII), não sobre sub-itens isolados. O Fator VII (acadêmico) representa apenas 3% da pontuação total (30/1.000 pontos), tem natureza meramente classificatória e foi validado pelo **TCE-RJ no Processo nº 116.500-6/18**.

8. **Estrutura física, equipe mínima e atestado (pontos vi, vii e viii):** A estrutura física é exigida para o momento da *contratação*, não como barreira de entrada, afastando a incidência da **Súmula 272/TCU**. O quantitativo mínimo de equipe decorre objetivamente do volume de 5.294 processos ativos por lote. O atestado de 50% observa o teto admitido pela jurisprudência do **TCU (Acórdão nº 3104/2013)** e o Edital admite o somatório de atestados. Precedente: **TCE-RJ, Processos nº 116.440-0/18 e nº 115.195-0/18**.

9. **30 municípios (ponto ix):** A **CEDAE** atua em mais de 64 municípios fluminenses. A exigência de atuação pretérita descentralizada é o meio mais objetivo de demonstrar capacidade logística compatível com o objeto. A mesma impugnante questionou cláusula idêntica na Concorrência nº 201/2018 e o TCE-RJ rejeitou a alegação (**Processos nº 116.440-0/18, nº 238.394-6/18 e nº 103.337-2**).

10. **Distribuição do acervo (ponto x):** A divisão inicial é isonômica (33,33% por lote). Ajustes excepcionais estão limitados a 10% do acervo e vinculados a critérios objetivos de desempenho, sem alteração da remuneração unitária, em conformidade com os princípios da eficiência e da economicidade.

11. **Vedações ao exercício profissional (ponto xi):** As restrições visam prevenir conflitos de interesses concretos ou potenciais decorrentes do acesso a informações estratégicas sensíveis da **CEDAE**. Não vedam o exercício geral da advocacia — apenas estabelecem condição específica para contratação com a Companhia, proporcional ao nível de confiança exigido.

12. Honorários de sucumbência (ponto xii): A repartição 50%/50% com a **ADVCEDAE** encontra fundamento no art. 85, §19, do CPC, na ADI nº 6.053/STF e no TC 018.515/2014-2/TCU (caso Banco do Brasil), sendo expressamente amparada por Resolução de Diretoria de 19/06/2024 e acordo de 17/07/2024. A cláusula é transparente, publicada a todos os licitantes, e não compromete o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

DA CONCLUSÃO

13. Ante o exposto, a **Comissão Permanente de Licitação**, com fundamento no Despacho DJU SEI nº 134016332 e nos precedentes do **TCE-RJ** nele referenciados, decide:

a) CONHECER a impugnação, por tempestiva;

b) NÃO ACOLHER o mérito, por improcedente em todos os seus pontos;

c) MANTER INTEGRALMENTE os termos do Edital LI nº 005/2026 (SEI nº 132958600);

d) INDEFERIR todos os pedidos da impugnante (suspensão, retificação, republicação e disponibilização de documentos);

e) MANTER a abertura da sessão pública para **12/08/2026, às 11h00**, nos termos do item 3 do Edital;

f) COMUNICAR esta decisão à impugnante (licitacao@martinezadvogados.com.br) e publicá-la em www.cedae.com.br/licitacao, nos termos dos itens 1.6 e 1.6.1 do Edital.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 2026.

Fabio Paz

Presidente

Comissão Permanente de Licitação

Marcelo Joaquim Minervino Ramalho

Membro

Comissão Permanente de Licitação

Antônio Fernando Vianna de Souza

Membro

Comissão Permanente de Licitação

Rio de Janeiro, 11 de junho de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Fernando Vianna De Souza, Coordenador**, em 12/06/2026, às 09:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **FABIO LUIS FERREIRA DE PAZ, Assistente**, em 12/06/2026, às 09:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO JOAQUIM MINERVINO RAMALHO, Assistente**, em 12/06/2026, às 09:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **134026272** e o código CRC **D750CC9A**.

Referência: Processo nº SEI-150001/004816/2023

SEI nº 134026272

Avenida Presidente Vargas, 2655 - Bairro Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20210-030
Telefone: